

O Diário Oficial da União publicou uma relação de supostos devedores da Fazenda Nacional. Dela consta o meu nome. A divulgação dá seqüência a uma campanha difamatória, iniciada em 1985, exatamente na véspera da homologação da candidatura de minha mulher à prefeitura de São Luís.

Nesse dia, recebi uma notificação da Receita Federal que exigia a apresentação de documentos relacionados com declarações de renda dos cinco anos anteriores.

O processo originou-se numa desclassificação de receita da Fazenda Boa Esperança, pertinente à venda de gado. Os quantitativos foram por mim lançados, apropriadamente, na Cédula de Criação de Gado (G). Mas estranhamente, a autoridade fiscal os transferiu para a Cédula H, destinada a rendimentos de outra natureza.

Nos prazos legais, ofereci recursos nas diversas instâncias administrativas. No entanto, o poder político impediu-me qualquer tipo de êxito. Violaram-se até súmulas do Conselho de Contribuintes.

Estou seguro de que nada devo ao Governo Federal. Também tenho certeza da ação do Presidente da República nessa guerra contra mim, e lamento que a Receita Federal se preste para o desempenho desse triste e provisório papel.

A não-execução da imaginária dívida faz parte da mesquinha perseguição. Até agora, isso me impediu de provar, na Justiça, que não sou devedor, porém vítima de torpe abuso de poder. A causa é a minha coragem de combater a oligarquia corrupta e corruptora do Maranhão.

Em 1985, no Jornal de Hoje, de São Luís, em resposta a uma provocação, desafiei os "sarneys" para um confronto moral. Nem um deles tugiou ou mugiu.

Com isso, eles evitaram a revelação de que, em 1970, antes de deixar o Palácio dos Leões, o então Governador José Sarney lesou o Fisco. Em sua declaração de bens à Assembléia Legislativa, ele incluiu, a meu favor, um lançamento de dez mil cruzeiros novos, A inclusão foi feita à minha revelia.

Já nesse tempo, o meu perseguidor de hoje sabia que eu tinha recursos financeiros para suportar esse débito. Por isso, ele acrescentou aquela importância ao seu patrimônio, a fim de justificá-lo perante a Delegacia da Receita.

A tentativa de liquidar-me teve início no momento em que minha liderança política pôs em perigo o fabricado prestígio do pretendo donatário do Maranhão.

Durante a campanha de 85, Ministros de Estado e o Leão do Imposto de Renda deram-se as mãos para tentar destruir-me. Afinal, lancei um repto aos Sarneys. Exigi que me acusassem à luz do dia.

Aqui e agora, renovo o desafio. E reafirmo: Não possuo mansão construída com dinheiro de terceiro; não tenho inquirido nos arquivos do SNI; não temo o Leão da Receita Federal; não estou entre os anistiados pelo arquivamento da CPI da corrupção; não tenho depósitos em bancos do exterior; não escondo o meu patrimônio com Testas-de-Ferro. Muito menos me apresento em público como pai pobre de filhos enriquecidos.

Num governo tido como corrupto, que mata o povo de fome, é menos indigno estar como inventado devedor do Fisco do que constar da relação dos ladrões.

(Transcrição no Jornal de Hoje S. Luís/Maranhão 23/07/89)

São Luís, 22 de Julho, de 1989

JOÃO CASTELO
SENADOR